

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DEJANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Autora: Luana Quaranta de Carvalho Silva

Orientadora: Prof. Dra. Fátima Grave Ortiz

**SERVIÇO SOCIAL: TRAJETÓRIA
SÓCIO-HISTÓRICA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO
PROJETO PROFISSIONAL -
CONSIDERAÇÕES E DESAFIOS ATUAIS**

Rio de Janeiro
2008

Autora: Luana Quaranta de Carvalho Silva

**SERVIÇO SOCIAL: TRAJETÓRIA
SÓCIO-HISTÓRICA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO
PROFISSIONAL -
CONSIDERAÇÕES E DESAFIOS ATUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação da Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: PROF^a.DR^a. Fátima Grave
Ortiz

Rio de Janeiro
2008

Agradecimentos

Primeiramente agradeço à Deus, por me iluminar e me conceder forças em todos os momentos de dificuldades que existiram.

Agradeço também aos meus familiares, grandes responsáveis por minha entrada e permanência na Universidade, sempre me apoiando em todos os momentos. À minha tia e madrinha Eliana, que abriu as portas da sua casa e me deu todas as condições afetivas e materiais para que eu pudesse realizar este ideal.

À Prof.^a Fátima Grave, por ter aceito meu convite para orientar este trabalho de conclusão de curso e por todo apoio e conhecimentos transmitidos, com grande paciência e dedicação.

Por fim, agradeço às amigas de faculdade, Elana, Carla, Giselle Souza, Juliana Condis, Marcelle, Maria Elizabeth, Priscilla, Thaís, e de Estágio, no Hospital Universitário, Bianca, Cristiane, Giselle Ávila e Sandra, que compartilharam comigo todo o processo de formação acadêmica, por todo apoio e ajuda nos momentos mais difíceis, em que foram extremamente pacientes, e também pelos momentos felizes que passamos juntas, que se tornaram meu suporte nesta jornada.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo estudar a prática profissional dos assistentes sociais no Brasil, levando em consideração as mudanças ocorridas no ethos profissional do Serviço Social brasileiro desde a sua origem. Verificar-se-á se mesmo em meio às dificuldades que encontram atualmente para a efetivação dos valores e princípios ético-políticos estabelecidos em seu projeto profissional hegemônico, com o avanço das políticas neoliberais que minimizam o Estado para o social e ampliam para o capital, assim como a precarização e demonização do espaço público, é possível ter uma atuação vinculada a esses princípios, sem que estes possam lhes parecer utópicos. De acordo com o levantamento bibliográfico, foi feita discussão com autores como Marilda Vilella Iamamoto e José Paulo Netto, entre outros de igual importância, e analisar-se-á que é possível sim, estabelecer uma prática profissional compromissada com o projeto profissional, mesmo diante das dificuldades impostas pela atual conjuntura, onde o projeto profissional do Serviço Social torna-se oposto à ordem societária, articulando-se com outras categorias e movimentos populares e respondendo às demandas imediatas sem perder de vista o caráter de longo prazo.

Sumário

Introdução.....	1
 Capítulo I - Serviço Social Ethos e Historicidade.....	5
1.1 – A emergência do Serviço Social no Brasil e a constituição de um particular ethos profissional.....	5
1.2 - Os anos 60 e a necessidade de superação do serviço social tradicional..	15
1.3 - A transição democrática e a constituição de uma nova direção para o Serviço Social brasileiro.....	19
 Capítulo II - Os Princípios Ético-Políticos do Serviço Social Brasileiro: Desafios à sua Consolidação.....	27
2.1 - O projeto ético político do Serviço Social a partir da nova ética profissional.....	27
2.2 - O Código de Ética de 1993 – princípios fundamentais.....	33
2.3 - A atual conjuntura e os desafios para o Projeto Profissional.....	47
 Conclusão.....	53

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende evidenciar e pensar possibilidades de enfrentamento aos desafios que se apresentam à prática profissional dos assistentes sociais no Brasil, nesta atual conjuntura que permite o avanço progressivo das políticas neoliberais, individualizando as necessidades dos cidadãos em detrimento do caráter coletivo de cidadania.

Essas inquietações nasceram a partir de meu estágio curricular com duração de dois anos no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Lá pude sentir as dificuldades impostas à prática profissional pelas estratégias de manutenção da ordem capitalista, como por exemplo, a retração do Estado (o mínimo para o social, mas o máximo para o capital) com o desmonte das políticas públicas e sociais. Isso permite que diversos assistentes sociais sintam um distanciamento na relação teoria/prática, não tendo encontrado na sua formação, o suporte adequado a esses limites e obstáculos com que trabalha a profissão.

Ainda que, a profissão esteja diante de inúmeros desafios, veremos que não sendo um profissional neutro, é possível se promover uma intervenção profissional vinculada e guiada pelos princípios e valores do seu projeto ético-político, que é embasado pelo Código de Ética do Serviço Social, sem que estes princípios sejam vistos como utópicos na vigente ordem burguesa¹.

É necessário levar-se em conta, que o Serviço Social surge como estratégia, dentro da ordem burguesa - que através de reformas visa a produção e a reprodução das relações sociais, favorecendo a manutenção do sistema capitalista - integrando os trabalhadores aos interesses do monopólio, seja através da coerção ou do consenso. Dessa forma, o Estado começa a intervir diretamente no trato da

¹ Onde a riqueza é coletivamente produzida e privadamente apropriada pela burguesia.

“questão social”, fragmentando-a, e focalizando as políticas sociais com as quais trabalha o assistente social.

Para Guerra (2001), dado seu caráter assalariado e considerando que a intervenção profissional só se realiza mediada por organizações públicas ou privadas, a profissão acaba sendo condicionada pela modalidade de atendimento das seqüelas da questão social pelo Estado.

Atualmente a complexa realidade social, política e econômica, que resulta num quadro grave de desemprego, violência, exploração, pobreza, violação de direitos, traz inúmeros desafios aos assistentes sociais que estão inseridos na teia das relações sociais. Estes profissionais buscam defender os interesses e direitos da classe trabalhadora e têm no seu projeto ético-político, no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da profissão, as diretrizes para conseguir trabalhar tanto com as demandas imediatas advindas das mazelas das contradições das relações capitalistas, como se organizar a fim de planejar ações de longo prazo, que trarão resultados mais efetivos na busca pela cidadania e da plena realização dos indivíduos sociais.

Ainda que o projeto profissional permita dar a direção desejada à atuação profissional, a realidade encontra-se totalmente adversa a essas práticas que visam à universalidade, à liberdade em seu sentido coletivo e a equidade, o que parece paralisar alguns profissionais em sua intervenção mais imediata, que não remete frutos, restrita às ordens institucionais e burocráticas.

Justamente ao perceber quais os limites encontrados na atuação profissional, que devemos procurar meios de compreender a relação entre o projeto profissional hegemônico da profissão e o trabalho que é realizado pela categoria. Esta tarefa torna-se urgente tendo em vista identificar, sugerir, revelar, analisar e divulgar ações

profissionais que realmente concretizem uma conexão orgânica da profissão com os setores mais progressistas da sociedade, para que se objetivem as intenções expressas nesse projeto profissional preservando e fomentando os ganhos obtidos na busca de uma sociedade livre, justa e mais igualitária e democrática (Vasconcelos, 2007).

Faremos então no primeiro capítulo – *“A emergência do Serviço Social no Brasil e a constituição de um particular ethos profissional”*, um resgate histórico que nos permitirá compreender as particularidades desta profissão, além de perceber os fundamentos do “ethos” conservador fundante da profissão.

Este “ethos” inicial deixou como herança, traços até hoje sentidos, de conservadorismo na atuação profissional, que perpassaram o tempo, o que ajudou – junto à falta de referencial crítico - a resultar nessa imagem subalterna, historicamente vinculada ao Serviço Social. Porém é inegável o grande esforço para a ultrapassagem deste “ethos” tradicional a partir da maturidade da profissão.

Então se fez imprescindível analisar também as transformações ocorridas na profissão desde os tempos de ditadura militar, até a fase de abertura democrática no país, com o desdobramento dos movimentos de reconceituação e de ruptura, que desencadearam num novo “ethos” profissional, comprometido com os interesses históricos da população trabalhadora em seus diversos segmentos. Veremos também, que essa passagem não se promoveu sem conflitos, pois ocorreram equívocos na aproximação com a doutrina marxista e lacunas na formação profissional, processos esses, que fizeram parte dessa maturação profissional.

O segundo capítulo – *“Os Princípios Ético-Políticos do Serviço Social Brasileiro: Desafios à sua Consolidação”*, abrangerá um exame dos valores e princípios expressos no projeto ético-político do Serviço Social, bem como do

Código de Ética, explicitando as possíveis formas de trabalhar na direção destes valores, mesmo na contracorrente da ordem burguesa, sabendo que os limites encontrados não podem ser impedimentos à prática dos assistentes sociais, já que é no entranhado dos conflitos das relações de trabalho e de exploração, que insere-se a atuação dos profissionais do Serviço Social.

Não deixaremos de perceber que o assistente social, como profissional inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, também sofre com o desmonte das políticas públicas e com a precarização das relações de trabalho, o que implica em mais dificuldades na realização de uma atuação vinculada ao seu projeto profissional. Nessas condições desfavoráveis, os assistentes sociais devem agarrar-se a uma perspectiva teórico-metodológica e ético-política que lhes permita atravessar os obstáculos, dando a direção que defendem à sua ação profissional.

No âmbito da dimensão instrumental da profissão, há que se ter uma racionalidade que inspire nos profissionais a coragem para não retroceder e proporcione a qualificação necessária para o enfrentamento das reformas neoliberais. Para isto, o estabelecimento de alianças com outros profissionais e trabalhadores é fundamental; o que os permite defender os direitos humanos na sua expressão mais radical, assim como o amplo acesso aos bens e serviços sociais, enquanto aspirações das classes trabalhadoras (Guerra, 2001).

CAPÍTULO I

SERVIÇO SOCIAL: ETHOS E HISTORICIDADE

1.1. A emergência do Serviço Social no Brasil e a constituição de um particular ethos profissional.

A partir da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista², o Estado passa por uma redefinição nas suas relações com a classe trabalhadora. A exploração do capital fez com que surgisse a consciência de classe no proletariado, que percebeu a necessidade de se organizar para enfrentar a classe dominante. Dessa maneira, o Estado marca presença, ampliando alguns direitos, a fim de conter o proletariado.

No Brasil, é bastante claro que o Estado, que até então tratava da “questão social”³ apenas como “caso de polícia”, através da violência, reorganiza-se e posiciona-se de forma distinta, tratando-a além da filantropia, via políticas sociais. “O Estado passa a ter um papel fundamental, de garantir sistematicamente a reprodução, além da manutenção da força de trabalho, a fim de conter as crescentes reivindicações dos trabalhadores” (SILVA, 2002, p. 16).

² Pelos fins do século XIX e início do século XX, o capitalismo concorrencial, que baseava-se na não interferência do Estado no mercado e na livre-concorrência, entra em crise e transita para sua nova fase, monopolista. Nesta há a redefinição do papel do Estado, que passa a interferir na economia e caracteriza a concentração de capitais, formando os monopólios. Há fusão do capital industrial com o bancário, formando o capital financeiro, a exportação de capitais supera a exportação de mercadorias e os monopólios internacionais partilham o mundo entre si. (COULON E PEDRO, in: <http://www.algosobre.com.br/historia/capitalismo-monopolista.html>)

³ A questão social surge no século XIX como embate político entre as classes fundamentais, burguesia e proletariado. Foi um processo de amadurecimento dos trabalhadores, que extrapolaram a sua condição de “classe em si” para “classe para si”. A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO; IAMAMOTO, 1998, p. 77).

Esse processo se passa na década de 30 do século XX, onde o governo de Vargas promove uma aliança entre as diferentes classes. Observa-se certo declínio do modelo agro-exportador em detrimento do industrial, que desponta. Esse novo quadro traz inúmeros elementos novos, como o processo acelerado e desorganizado de urbanização e a fragmentação dos núcleos familiares, por exemplo.

A intervenção do Estado nas relações entre empresariado e proletariado, através da legislação social e trabalhista, e na prestação de serviços sociais previstos nas políticas sociais, são estratégias para o enfrentamento do processo de pauperização do proletariado, cuidando das suas necessidades imediatas e de subsistência, o que também foi uma forma de enfraquecer toda a sua organização e luta na defesa dos seus direitos de classe. Dessa maneira, enquanto o Estado procura preservar a propriedade privada precisa, ao mesmo tempo, minimizar o excesso da exploração, e com isso, desmobilizar politicamente os trabalhadores.

Neste momento em que eclodem as mobilizações da classe operária, a Igreja Católica estabelece uma aliança com o Estado e o empresariado no enfrentamento da “questão social”, embora estes tivessem seus interesses particulares. Além disso, segundo Iamamoto (2007), a Igreja Católica também procurava recuperar suas áreas de influência e privilégios perdidos, partindo da crescente secularização da sociedade e inúmeras tensões com o Estado.

A Igreja começa um processo de recristianização da sociedade através de grupos sociais básicos, principalmente a família; e sendo contra o socialismo, deixa de opor-se ao capitalismo, concebendo-o pela chamada terceira via, onde o liberalismo seria substituído pelo comunitarismo cristão. Ainda, organiza cursos de

Serviço Social como forma de aperfeiçoamento do laicato, formando quadros qualificados para defender seus interesses.

Segundo Iamamoto (2007), o Serviço Social surge então a partir da iniciativa dos grupos dominantes, setores da burguesia, Estado e Igreja, constituindo-se basicamente por militantes femininas do movimento católico, que incorporaram a formação doutrinária católica para enfrentamento dos “problemas sociais”. As pioneiras possuíam um contato direto com o ambiente operário e com o objetivo de manter o funcionamento “adequado” da sociedade, promoviam ações de soerguimento moral da família operária, buscando um contraponto às influências anarco-sindicalistas.

No entanto, o Serviço Social, com influência européia, aparece com roupagem diferente da caridade, pois trabalhava no aparelho do Estado e em entidades filantrópicas do empresariado. Propunha ações educativas junto a família operária, de modo a prevenir sobre os “problemas sociais”, que em sua concepção, eram derivados de problemas de caráter individual e moral.

A questão social, nesse enfoque era vista de forma bastante reducionista, como manifestação de problemas individuais, passíveis de controle, através de uma prática social cada vez mais nitidamente concebida como uma atividade reformadora do caráter. (MARTINELLI, 2001, p.114).

De acordo com Martinelli (2001), a formação desses assistentes sociais é dada a partir de 1932, quando surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, que é o organismo que qualifica os agentes para a realização da prática social nessa época. Nesse Centro houve o primeiro curso para exercício da Ação Social - Curso intensivo de Formação Social para moças - ministrado pela assistente social Adèle de Loneux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. As participantes eram jovens católicas oriundas famílias da pequena burguesia, muitas já militantes e praticantes de movimentos da Igreja.

Apesar de a burguesia tomar a mulher como “ente do lar”, esta incentivava que suas mulheres e filhas participassem dos cursos de formação profissional de agentes sociais, pois estava atemorizada com os avanços do proletariado. A classe dominante ainda utilizava o discurso acerca da natureza feminina, como aponta Barroco (2001), onde a formação moral da mulher a educa para assumir responsabilidade na educação moral e cívica dos filhos, o que a torna potencialmente preparada para profissões que se legitimem como femininas. Nestas, exigia-se mais um perfil adequado aos padrões morais conservadores do que a qualidade técnico-intelectuais.

Podemos perceber que o Serviço Social surge, então, para atuar em favor da classe dominante, a fim de conter o avanço do proletariado, impedindo suas lutas e conquistas, visto que se contrapunha a qualquer iniciativa desse segmento na sociedade. Mas isso não quer dizer que os pioneiros não tenham tido intenção e convicção de que agiam na melhor direção para o enfrentamento da questão social. Para os militantes que integram o corpo do Serviço Social em seu surgimento, este representava uma alternativa às suas ações de caridade. Tais agentes com uma perspectiva acrítica da realidade, tinham internalizado um projeto de sociedade capitalista, de maneira que, acreditavam nas suas ações, embasadas pela doutrina católica, muito mais do que por uma base propriamente científica.

Desconhecendo o caráter de classe dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento sócio-educativo da ‘clientela’, tratamento esse de cunho doutrinário e moralizador, amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais. (IAMAMOTO, 2007 p. 20,21).

Já nos anos 40 e 50, o Serviço Social passa a obter suporte técnico-científico com o desenvolvimento das escolas e faculdades especializadas. Absorvem as influências dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais, no marco do

pensamento conservador⁴ e especialmente em sua vertente empiricista norte-americana. Segundo Martinelli (2001), os EUA buscavam conhecimentos científicos na psicologia, psicanálise, medicina e no direito, para que sua atividade reformadora de caráter obtivesse êxito e segurança na utilização de teorias, conhecimentos e conceitos nessas áreas.

Esse aprofundamento técnico científico, na verdade não traz transformações à atuação dos agentes do Serviço Social, que continuam a intervir com suas tendências pragmáticas e empiricistas em ações educativas e preventivas de transgressões que poderiam vir a acontecer de acordo com desajustes individuais e morais.

O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando, na justificativa dessa ação o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas ciências sociais. (IAMAMOTO, 2007, p.21).

No contexto da política imperialista dos Estados Unidos, no 2º pós-guerra, o Serviço Social brasileiro, sob influência do norte-americano, incorpora a noção de “comunidade” como projeto de sua intervenção. Dentro da comunidade, deveria haver cooperação mútua entre seus integrantes, pregando-se a solidariedade como principal elemento que deveria existir nas relações sociais. Cada um deveria potencializar ao máximo as possibilidades de sua personalidade, também em favor dos outros elementos da comunidade, assim como se responsabilizar pelos seus limites.

⁴ O pensamento conservador possui diferentes expressões, como a vertente laica e a confessional. A chamada vertente “laica” baseia-se no positivismo e suas derivações, como o pensamento durkheimiano. Já a “confessional” pauta-se, sobretudo na matriz neotomista e cristã. “O pensamento conservador ressuscita idéias do passado intencionalmente e racionalmente como ideologicamente válidas para responder às necessidades de explicação da própria sociedade capitalista. Permite que ele seja articulado às intenções básicas na burguesia, isto é, forma de agir e pensar a sociedade a partir da perspectiva dessa classe.” (IAMAMOTO, 2007, p.24).

Iamamoto (2007) aponta que os novos procedimentos de intervenção, baseados no modelo do Serviço Social norte-americano, e as modalidades de trabalho com indivíduos (caso), grupos e comunidades, embora possam ter sido racionalizados, ainda possuíam traços de um projeto profissional preso aos fundamentos do reformismo conservador e base aristotélico-tomista. Dessa forma, os profissionais atendiam as exigências de tecnificação, impostas pela modernização da sociedade capitalista e do Estado, sem perder o seu caráter missionário.

Começaram a surgir mais claramente, já na década de 50, para a consciência profissional, a contradição entre seus objetivos e suas ações. Esta contradição se amparava no fato de que, apoiados no neotomismo e no pensamento social católico, seus agentes recusavam os excessos de exploração do sistema capitalista. Contudo, sua prática restritiva e tutelar não possibilitava a promoção humana, que tanto defendiam. Ou seja, sua ação negava essencialmente o que idealizavam seus princípios cristãos.

Para enfrentar a contradição de suas ações, o pensamento conservador encontra-se intrinsecamente ligado no discurso e na prática do Serviço Social. A profissão defendia a parceria do operariado com a burguesia, pois em sua concepção, deveriam ser aliados, já que ambos pertenciam à mesma comunidade produtiva, cooperando dessa forma uns com os outros. Assim, infiltra-se o discurso de “cooperação mútua”, estratégia essa que se articula aos interesses da burguesia.

Na verdade, o discurso e a defesa de cooperação mútua era a forma com que a burguesia tentava disfarçar a exploração da mais-valia, fazendo com que o proletariado se empenhasse ao máximo em seu trabalho, superando qualquer diferença social.

Como nos mostra Iamamoto (2007), o Serviço Social legitima-se para, na realidade, ir ao encontro das aspirações da classe dominante, através de instituições sócio-assistenciais estatais. Como estratégia, atendia as reivindicações do proletariado, absorvendo esse setor através da legislação social e trabalhista, porém de forma que impedisse seu avanço em direção a direitos mais amplos e à conscientização de classe.

O Serviço Social atuava nas entranhas da família proletária, promovendo a “educação moral” e era instrumentalizado por visitas domiciliares, que compunham o alvo preferencial a ser atendido pelos programas sociais dos organismos institucionais, de acordo com nível de desajustamentos morais e biopsicossociais, onde cada tipo de “demanda” deveria receber um tipo de “tratamento”.

Embora não estivesse visivelmente presente no seu discurso, a profissão servia aos interesses burgueses, que buscaram o profissional do Serviço Social para atuar frente às demandas da classe trabalhadora. Porém, o Serviço Social não era requisitado pela clientela, mas era imposto aos usuários como obrigação burocrática às suas aspirações, que eram, na verdade, os serviços sociais prestados pelas instituições e a efetivação dos mesmos.

Os profissionais agiam contra as manifestações dos trabalhadores, pois não as enxergavam como expressão da luta de classes. Eles as reduziam apenas a conflitos sociais, geradores de desordem, que deveriam ser equacionadas em favor do equilíbrio da sociedade.

Martinelli (2001) nos possibilita refletir que possuindo essas características, não se torna difícil entender porque o proletariado organizado não legitimava a atuação do Serviço Social, que além de não requisitá-lo, estava impregnado com o pensamento conservador e preconceitos. Dessa forma, a classe trabalhadora sentia

que a ação profissional só os imobilizava política e socialmente, transformando a contestação e a crítica em resignação. Apenas os segmentos mais pobres, que necessitavam da assistência pública, para conseguirem sobreviver no regime capitalista, os viam com “bons olhos”.

Enquanto o proletariado “repulsava” o Serviço Social, a burguesia apoiava a sua prática, o que a mantinha em harmonia com a Igreja. Como já vimos, para defender a sua hegemonia na sociedade, a burguesia necessita oferecer práticas assistenciais, serviços e benefícios, ocultando a dimensão política das expressões da questão social. Segundo Martinelli (2001, p.118) todo o esforço da classe dominante dirigia-se a um objetivo por ela considerado crucial: bloquear o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado e sua organização política.

Os assistentes sociais eram responsáveis pela operacionalização dos serviços sociais prestados à população pelas instituições, e tornavam-se os próprios representantes do Estado em contato com o proletariado. Os profissionais tinham nas mãos um papel de extrema importância, pois sustentavam a estratégia de controle social, difundindo o modo capitalista de pensar. Para eles, essa aliança com o Estado e com a Igreja, através de uma prática voltada aos interesses burgueses, era uma forma de consolidar-se como grupo profissional.

Nos anos 50, o Estado passa por um processo de modernização - que se completa posteriormente durante a ditadura militar – que aprofunda o capitalismo no Brasil. Este processo demandou o aumento do número de profissionais para as instituições sócio-assistenciais, e a essa altura, havia um declínio dos movimentos católicos, que não dispunham desse quantitativo (a militância católica perde

centralidade). Tivemos então a inserção de segmentos da classe média na profissão e a consolidação do mercado de trabalho profissional. Porém havia a diferença de que os profissionais oriundos da classe média não possuíam grandes aspirações religiosas, mas buscavam, principalmente, qualificação profissional e com isso melhores salários, ascensão e mobilidade social.

Em síntese, tanto Iamamoto quanto Martinelli (2001), assinalam que o Serviço Social é produto de uma determinada fase do capitalismo que necessitava de agentes qualificados para trabalhar na reprodução das relações sociais de produção, visando garantir a expansão e acumulação do capital. Eram, então, os assistentes sociais, oriundos de um determinado segmento de classe, com suas motivações pessoais, religiosas e objetivos filantrópicos, que se encaixavam perfeitamente nos moldes das intencionalidades burguesas.

Os assistentes sociais não conseguiam entender que a legitimação que lhes foi dada pela burguesia nada tinha a ver com seus objetivos filantrópicos, religiosos e de bem comum, mas os utilizava para que fossem instrumento de ampliação da ordem capitalista e contenção de possíveis avanços do proletariado na direção da luta de classes.

Na gênese e posterior institucionalização do Serviço Social, constituiu-se então, um ethos profissional particular, que se desdobrava em: ética profissional, prática cotidiana, sustentação filosófica e expressão moral, presentes no seu Código de Ética.

Barroco (2001) permite-nos entender a ação dos assistentes sociais no surgimento do Serviço Social, que com seus pressupostos neotomistas e

positivistas, ocultavam os elementos fundadores da questão social e reproduziam o ethos fortalecedor do processo de moralização da questão social⁵.

Conectada à moralização da “questão social”, observa-se a naturalização da “questão social”, em que os “problemas sociais” são tidos como algo natural do sujeito e vistos como desdobramentos da sociedade moderna, de características “inelimináveis de toda e qualquer ordem social”; também a psicologização, na qual os “problemas sociais” derivam de disfunções psicológicas, como traumas e recalques. Estas três formas de encarar os “problemas sociais” individualizam e responsabilizam o sujeito, descaracterizando as expressões da “questão social”, do seu caráter histórico e vinculado à dinâmica da ordem burguesa.

A naturalização, a psicologização e principalmente a moralização configuram elementos indicadores da intervenção profissional dos assistentes sociais, para qual há um perfil profissional específico, que desenvolve uma prática particular e ocupa um papel e função específicos na ordem burguesa, o da reprodução material e ideológica da classe trabalhadora. Não houve, portanto, nessa época, debate ético-crítico, nem produção teórico-sistemática, o que fez com que a elaboração da ética profissional ficasse restrita ao Código, que perdurará sem alterações significativas, ainda durante longo tempo.

Além disso, o ethos profissional sedimenta-se a partir de um perfil pessoal e profissional bastante afinado com o capitalismo. Este perfil constituiu prevalência feminina na profissão, o que recuperava o ideário burguês da figura da mulher voltada para o amparo ao próximo, paciência, determinação e, principalmente,

⁵ Explica determinado fato exclusivamente por seus aspectos morais, A moralização toma a “questão social” como produto dos comportamentos morais dos indivíduos culpabilizando-os por suas ações e por sua condição social. A moralização trata as expressões da “questão social” de forma a-histórica, acrítica e apolítica.

vocação para servir. Por ser a vocação um dos elementos fundadores da profissão, o saber ficou em segundo plano, o que acarretou o primado do ser sobre o saber.

1.2. Os anos 60 e a necessidade de superação do Serviço Social tradicional

O momento histórico atravessa a construção das possibilidades de mudanças, lutas e transformações do ethos existente, não só em uma categoria profissional, mas em toda uma sociedade, então:

Como o projeto histórico-cultural, não se restringe à profissão; sua superação no âmbito profissional, é sempre relativa às possibilidades do momento histórico, dependendo de circunstâncias sociais favoráveis para se restringir, se ampliar ou se reatualizar sob novas formas. (BARROCO, 2001, p.99).

Diante disto, começaremos a ver uma mudança de postura e o começo de uma crítica ao Serviço Social “tradicional”, acerca de seus fundamentos e de sua prática profissional nos anos 60.

A década de 60 é extremamente produtiva para a profissão, pois possibilitou questionamentos e recusas dos valores principais do pensamento conservador, como ordem, hierarquia, autoridade e submissão feminina, ou seja, o papel feminino pré-estabelecido na sociedade. Foi uma época marcada pela conscientização de gênero (com ascensão do movimento feminista) e de um modo de pensar baseado numa ética crítica dos valores presentes na sociedade capitalista. A partir disso, os profissionais puderam buscar a ruptura com o conservadorismo, que defendia a reprodução acrítica de preconceito e do moralismo em todos os âmbitos, seja ele profissional, social ou doméstico.

Conforme Barroco (2001), no âmbito do Serviço Social, não há perceptivamente questionamento desses valores morais, sobretudo na vida cotidiana, acerca de questões como repressão sexual, de gênero, ou mesmo qualquer recusa aos padrões repressivos. O que se percebe é um reposicionamento dos profissionais, com introdução de novos debates, no intuito de uma ruptura político-ideológica com a classe burguesa. Porém, isso fez com que os profissionais deixassem em segundo plano as primeiras questões aqui citadas.

De acordo com Barroco (2001) na década de 60, tida como revolucionária, a discussão e a defesa da liberdade entram em destaque, promovendo o surgimento de projetos políticos coletivos. No entanto, avançaria também em termos de liberdade individual, o que influenciaria numa reatualização do individualismo. De qualquer forma, incentivava a participação cívica e de cidadania, adquirindo assim, direcionamentos anticapitalistas e revolucionários.

Como pano de fundo dos anos 60/70, começavam a explodir por toda a América Latina movimentos revolucionários e populares contra o imperialismo norte-americano.

Para Barroco (2001), nesta época faz-se extremamente importante a aproximação entre a juventude e a Igreja, o que promove a criação de uma nova militância, que recusa a ordem social burguesa, e também uma vinculação entre esse pensamento cristão e o marxismo. Com isso, a histórica vinculação do Serviço Social com a Igreja Católica pôde contar com novas bases de legitimação, abrindo um campo bem maior de possibilidades em relação à construção de uma crítica ao ethos profissional tradicional. Essas expressões em busca de ruptura são proporcionadas pela experiência militante da juventude, pela explosão da Revolução

Cubana e pelos movimentos políticos socialistas, ligados ao marxismo, que salpicaram pela América Latina e países de Terceiro Mundo na época.

Toda essa efervescência política incide sobre as bases de sustentação do Serviço Social tradicional, fazendo com que se desintegrem pouco a pouco, e ao mesmo tempo, promovam um questionamento crítico, relevante à teoria e à prática do profissional, respaldado pelo movimento de reconceituação que emerge na América Latina.

Gerando um conjunto diversificado de indagações e respostas, tal movimento permite uma primeira aproximação com um posicionamento ético-político potencialmente negador do tradicionalismo profissional: a explicitação da dimensão política da profissão e do compromisso ético-político com as lutas populares. (BARROCO, 2001, p.107;108).

A mobilização e a politização dos jovens em meio às mudanças em processo, o seu envolvimento em comunidades e com as ciências sociais, o contato com movimentos sociais e a participação estudantil os fazem questionar a histórica subalternidade da profissão e os faz entender a necessidade de buscarem um novo referencial teórico para embasar sua crítica ao Serviço Social tradicional.

As possibilidades de articulação entre tais condições históricas e a construção de uma nova moralidade são dadas pela adesão consciente a uma práxis política que tem diante de si uma série de possibilidades: a rebeldia contestatória da juventude, as atividades culturais e artísticas, o engajamento com as lutas populares, o ethos revolucionário inscrito na tradição socialista e peculiarmente configurado na Revolução Cubana, entre outras. (BARROCO, 2001, p.109).

As décadas de 60/70 são marcadas também pela ditadura nos países latino-americanos, mas ao mesmo tempo se perpassam movimentos com ideais revolucionários, que buscam a liberdade e a coletividade. O Brasil sofre com uma repressão violenta a qualquer tipo de movimento “suspeito” contra a ordem, com a

presença de forte censura na tentativa de sufocar os movimentos estudantis e socialistas.

A ditadura impõe um projeto de modernização ao país, e apesar da repressão gerada, é justamente o momento que traz a possibilidade de renovação do Serviço Social para responder às novas demandas geradas por este projeto. E assim surgem os primeiros passos na direção da ruptura com os moldes do Serviço Social tradicional, com uma diversidade de projetos profissionais e uma aproximação, mesmo que imatura, do marxismo.

Os debates teórico-metodológicos permitem uma primeira experiência nesse novo arquétipo, de intenção de ruptura, representado pelo Método BH, nos anos de 1972-1975. Seguindo o pensamento de NETTO (1991), fez-se muito importante o espaço universitário para que os assistentes se empenhassem em pesquisas e ganhassem experiência, a partir da sua inserção em campos de estágio, onde são supervisionados mas ainda não possuíam a obrigação de prestar contas às exigências institucionais.

Como já foi citado, a dinâmica da ditadura garantiu uma pluralidade de projetos profissionais, e apesar de ter impulsionado movimentos revolucionários e um ideário de ruptura no campo do Serviço Social; por outro lado, também permitiu a busca de um suporte ídeo-político ao projeto de reforma do Estado, com apoio da Igreja, e de apelo ao ethos conservador. Esse projeto reformador foi baseado num discurso da defesa da ordem e da segurança nacional, em face ao temido e tido como “monstruoso” comunismo.

Nesta perspectiva, o clima favorecedor de rupturas coexiste com reações conservadoras; isto é, nesse movimento entre a construção do novo e a luta pela conservação do instituído, que podemos situar as condições sócio-culturais para a transformação ou conservação dos valores sociais inscritos na ética profissional tradicional. (BARROCO, 2001, p.112).

Paradoxalmente, em 1975, ao mesmo tempo em que vivenciava-se a experiência do Método BH, foi aprovado o terceiro Código de Ética do Serviço Social, ainda marcadamente afetado pelo conservadorismo. O que nos faz refletir que, embora tenha sido um momento em que coexistiram forças de ruptura com o pensamento conservador, este último ainda mostrou-se hegemônico e visivelmente direcionador da postura ético-política dos assistentes sociais até o Código de Ética de 1986.

1.3. A transição democrática e a constituição de uma nova direção para o Serviço Social brasileiro

O movimento de reconceituação da profissão na América Latina e a abertura democrática no Brasil nos anos 80 propiciaram o amadurecimento teórico do Serviço Social, o que resultou numa nova ética profissional.

Nova ética essa que demonstrou uma imensa transformação, a partir da sua vinculação e do compromisso com a classe trabalhadora, almejando obter, enfim, a legitimidade por parte desta, visto que por anos fora ligada (a nova ética) aos interesses da classe burguesa e do Estado. Assim a partir dessas transformações e desse novo significado adquirido pelo Serviço Social brasileiro, seus profissionais começaram a lutar pela constituição da democracia no país, comprometendo-se com os sindicatos e movimentos populares.

[...] a própria luta pela conquista e aprofundamento da democratização da vida social – do Estado e da sociedade no país, horizonte da socialização da política e da economia, que gesta o alicerce sociopolítico o qual vem permitindo tanto o deslocamento das interpretações modernizantes e integradoras, de cunho estrutural funcionalista, da cena principal do debate

brasileiro, como a crescente liderança intelectual e política que as análises de inspiração marxista, na sua diferencialidade, passam a adquirir no palco do debate do Serviço Social brasileiro. (IAMAMOTO apud ORTIZ, 2007, p.241).

Como pano de fundo conjuntural, ocorreu um aprofundamento da crise do capitalismo monopolista, provocando uma estagnação da economia nos anos 70 nos países centrais. No entanto, essa crise começou a ser refletir no Brasil apenas nos anos 80, após o chamado milagre econômico atingido nos anos 70, no auge da ditadura militar. Com a crise econômica dos anos 80, a ditadura começou a decair e perder força, juntamente com o grave endividamento, não apenas do Brasil, como de todos os países capitalistas acometidos pela crise. No entanto esta foi sofrida no Brasil de forma peculiar:

A opção do Estado brasileiro para manter o investimento externo e conter a crise econômica fundou-se sobre a elevação paulatina da taxa de juros, gerando forte processo inflacionário, cujas consequências em linhas gerais foram: o empobrecimento generalizado da classe trabalhadora; o desmonte dos serviços sociais existentes na esfera pública; o desemprego; o crescimento da chamada economia informal; e a priorização dos ramos e atividades produtivos voltados para a exportação. (ORTIZ, 2007, p. 243).

Porém, foi o agravamento da crise do capitalismo monopolista, que acabou por propiciar o fortalecimento dos movimentos populares, sociais e do novo sindicalismo, que conforme Abramides e Cabral (*apud* Ortiz, 2007), contrapuseram-se à chamada velha estrutura sindical, datada do Estado Novo, onde o decreto-lei 19970, regulamentava sob o controle do Estado, a organização sindical brasileira, e que permanece praticamente intacta até os dias de hoje, apesar da nova constituição de 1988.

O período de 1979-1984 significa, portanto, uma nova fase na organização dos trabalhadores no país. É o momento de grandes mobilizações, das lutas populares e sindicais, da realização da 1ª CONCLAT e da fundação da CUT como referência da classe trabalhadora. É o surgimento do PT, como partido classista e de massas. Todos esses fatos demonstram a

combatividade e luta dos setores excluídos da sociedade, na perspectiva da conquista da democracia pela maioria. (Abramides e Cabral *apud* ORTIZ, 2007, p. 244).

Essas forças políticas de resistência por parte da classe trabalhadora, dos estudantes e dos intelectuais, foram extremamente importantes ao declínio da ditadura militar, unidas com o quadro de crise aguda do capitalismo.

Dentre a organização dessas forças, com mobilização de classe, temos a reorganização da UNE e a relevância da OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], da ABI [Associação Brasileira de Imprensa] e de alguns setores progressistas da Igreja Católica na luta pela democracia. Segundo Ortiz (2007), os trabalhadores organizados e sindicalizados, através das greves, começaram a travar lutas pela concessão de direitos, tais como a reposição salarial, o direito de greve, liberdade e autonomia sindical e melhorias nas condições de trabalho, como também aderiram às causas dos assuntos de interesse da população em geral, como, por exemplo, a remessa de lucros ao exterior e a privatização das estatais, entre outros, fortalecendo seu vínculo com os movimentos populares e sociais.

É justamente nesse momento político favorável, em que os movimentos sociais ganhavam força, em que o novo sindicalismo se fortaleceu, que surgiu uma mobilização em torno do voto direto e universal. Porém, a ditadura, mesmo que em seus últimos momentos, conseguiu com que essa emenda constitucional que garantiria voto direto e universal fosse adiada, por não conseguir aprovação no congresso, sendo esta possível apenas em 1989.

A resistência à ditadura, conduzida no plano legal por uma frente oposicionista hegemônica por setores burgueses descontentes, ganhou uma profundidade e uma qualidade novas quando, na segunda metade dos anos 70, a classe operária reinseriu-se na cena política, por meio da mobilização dos trabalhadores metalomecânicos do cinturão industrial de São Paulo (o ABC paulista). (NETTO, 1999, p. 99).

Desde então a ditadura acumulou derrotas, quando se valeu de uma negociação onde a oposição com chances de ganhar a presidência da época, representada pelo PMDB, abriu mão de seu candidato, Ulysses Guimarães para garantir o apoio dos setores ligados à ditadura, candidatando, então, Tancredo Neves, representado pelo PFL.

A indicação e a posterior vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985, expressaram em primeiro lugar, a derrota parcial dos segmentos populares e trabalhadores (...) Em segundo, demonstraram com vigor a capacidade das elites brasileiras de se organizarem em torno de um determinado pacto que garanta seus interesses, bem como aqueles de grande capital; e principalmente, a tentativa de esvaziamento da participação política dos setores de origem democrático-popular presentes na sociedade. (ORTIZ, 2007, p.247).

Prestes a assumir a presidência, Tancredo Neves faleceu e José Sarney se tornou o Presidente da República, o que agravou a situação política do país.

Como nos mostra Ortiz (2007), até mesmo as elites nacionais reconheceram que os governos militares, embora houvessem promovido o crescimento econômico em determinado período, não afastaram a crise do sistema capitalista no Brasil. Desse modo, implantaram-se medidas para a minimização do déficit social, expresso no lema “Tudo pelo Social”, para combater a inflação por meio de um plano econômico – o plano cruzado - sendo consenso entre o Estado brasileiro e as elites nacionais, que desta maneira também legitimaram as propostas e protagonistas da Nova República, com papel central de José Sarney.

Por outro lado, as forças progressistas vinculadas à classe trabalhadora não esmoreceram e continuaram participando desse momento, na luta pela mudança constitucional do país, para garantir, ao menos legalmente, os direitos e prerrogativas que nunca haviam sido conquistados. E nesse processo é promulgada a Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, que assegurou essa série de direitos sociais nunca antes experimentados.

Segundo Ortiz (2007), o Serviço Social brasileiro participou de todo esse processo de transição democrática, principalmente a partir de suas entidades, como: o conjunto CFAS/CRAS, a ABESS e a então CENEAS [Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais] e mais tarde a ANAS [Associação Nacional Sindical dos Assistentes] engajando-se nos movimentos sociais existentes e no caso do CENEAS/ANAS, no chamado “novo sindicalismo”.

Em 1978 realizaram-se o I e o II Encontro Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, em 1979, o III Encontro resultou na criação da CENEAS, que de acordo com Abramides & Cabral (*apud* Ortiz, 2007), mostra o alto nível de organização da categoria profissional, que necessitou de organismos como esse para articulação das suas entidades sindicais e pré-sindicais, a fim de unificar as lutas nacionais deliberadas no Encontro de Entidades.

O CENEAS expressa sua importância na luta da categoria quando protagoniza no III CBAS [Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais], de 1979, também conhecido como “Congresso da virada”, a destituição da mesa até então prevista, o que de acordo com Netto (1999), rompe publicamente com a dominância do conservadorismo e instaura o pluralismo político na profissão, redimensionando amplamente a organização da categoria, dando vida nova às entidades como ABESS, por exemplo. Conforme Ortiz (2007), este fato expressa a opção política do Serviço Social pelo compromisso com os interesses da classe trabalhadora e significa, sobretudo, a decisão pela construção de um novo projeto para o Serviço Social brasileiro, implicando na consolidação de um perfil profissional diferenciado.

A opção por uma determinada posição política resultou, conforme se observa nas deliberações da II Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais [II ANAS] realizada em 1985, na clara oposição da categoria profissional, representada por sua entidade à chamada Nova República, por entender, que esta consistia, na verdade, em mais uma versão dos tradicionais e históricos “pactos de elites” existentes em toda trajetória brasileira. (ORTIZ, 2007, p.252).

Nesse momento, os assistentes sociais defendiam a criação de uma Assembléia Nacional Constituinte em lugar de um Congresso Constituinte, quando, nos diz Ortiz (2007), na II ANAS nascia um futuro projeto profissional sustentado medularmente em princípios da modernidade: a liberdade, a democracia e a cidadania. Isso não remete ao fato de que havia hegemonia na categoria profissional, pelo contrário, mas os segmentos mais ativos mobilizaram-se em torno da contestação política.

Com igual importância observa-se no campo da formação e fiscalização profissional a afirmação de uma nova postura profissional, constituindo um processo de renovação marcado, sobretudo por traços que representavam simultaneamente avanços e conservação de aspectos que conformaram o Serviço Social em sua trajetória histórica. Mas é especialmente nos anos 80 que a militância sindical impulsiona a renovação política do CFAS/CRAS e organiza ações no campo da fiscalização do exercício profissional, bem como a atualização do Código de Ética e da lei de regulamentação que já não estavam mais de acordo com a nova concepção da profissão que se consolidava.

Em relação à formação profissional, a maior preocupação por parte da categoria e principalmente da ABESS, é sobre a reformulação do currículo mínimo do Serviço Social.

Assim, foi a partir de uma nova perspectiva de profissão e de profissional, esta resultante do acúmulo teórico e político proporcionado pela renovação do Serviço Social, em especial, pela sua vertente de ruptura, que se tornou possível a construção dos eixos norteadores do currículo aprovado na XXI Convenção Nacional de Ensino de Serviço Social, promovida pela ABESS em 1979, e, posteriormente, formalizado em 1982 pelo ministério da educação. (ORTIZ, 2007, p.256).

Neste currículo, influenciando pelo marxismo vulgar ainda imaturo, já se podia perceber a intenção de ruptura com a prática da ajuda, baseando sua intervenção em uma dimensão política, buscando socializar seus conhecimentos e trabalhando na direção de uma autoconscientização diante da vida social. Desta maneira, deslocou-se de um perfil “neutro” para agente da transformação social.

Entendeu-se que o papel de educador era intrínseco à prática profissional do Serviço Social, mas que esse papel não servia mais para a reprodução ideológica a favor das classes dominantes, mas era regido pelo compromisso com os interesses da massa trabalhadora, utilizando o discurso do usuário como portador de direitos, orientando-o quanto às suas necessidades, possibilidades, recursos institucionais etc.

No entanto, como Ortiz (2007) aponta, a preocupação em superar a fragmentação no tripé caso, grupo, comunidade, fez com que fossem incorporadas novas disciplinas, (Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social) isoladas e também dispersas de um contexto totalizante, o que fez com que algumas críticas apontassem para o currículo de 82, como um acordo que aborda tendências e concepções de profissão isoladamente, resultando num ecletismo, que possibilitaria uma recriação, de forma particular no âmbito privado das escolas, da mesma lógica do currículo anterior.

De acordo com Netto (*apud* Ortiz, 2007), o currículo de 82 recriou claramente alguns equívocos da reconceituação latino-americana na medida em que conferiu ao Serviço Social a existência de uma teoria e de uma metodologia próprias como requisitos de cientificidade para a profissão, o que supostamente seria a saída para superar a fragmentação, a subalternidade e a ausência do reconhecimento social.

Inegavelmente o Serviço Social brasileiro teve na década de 80 um grande avanço, tanto em matéria de intervenção, como de formação profissional, pois mesmo com alguns entraves e lacunas, possibilitou à profissão um amadurecimento maior e a efetivação da sua nova concepção na década de 90. Já se considera a profissão como uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, onde seus sujeitos são profissionais assalariados, submetidos à mesma lógica do mercado, ou seja, inserindo-os num contexto que também lhes impõem condições de trabalho e principalmente limites. O importante aqui é ressaltar que os limites não podem ser freios para a intervenção profissional, porque é justamente no enfrentamento dos limites existentes e emergentes no mundo do trabalho que estará a atuação dos assistentes sociais.

A luta pela garantia dos direitos passa ser o novo discurso e defesa da profissão, o que se torna uma prioridade na atuação. Esta nova postura foi possibilitada pelo amadurecimento teórico e político nos marcos da profissão, juntamente com a transição democrática ocorrida no país na década de 80.

CAPÍTULO II

Os Princípios Ético-Políticos do Serviço Social Brasileiro: Desafios à sua Consolidação

2.1. O projeto ético político do Serviço Social a partir da nova ética profissional

Começar falar do projeto profissional do Serviço Social requer que entendamos o que são projetos societários e profissionais.

Para Netto (1999), os projetos societários são projetos coletivos; mas o seu traço peculiar reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade.

Em sociedades como a nossa, os projetos societários, são simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratando mais fortemente determinações de outra natureza (de gênero, culturais, étnicas, etárias etc.). As transformações atualmente em curso na ordem capitalista não têm reduzido o peso das classes sociais e seu antagonismo na dinâmica da sociedade. (NETTO, 1999, p. 94).

Dentre os projetos coletivos, temos os profissionais, que não possuem o mesmo nível de abrangência que os societários, mas dizem respeito às profissões reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico-superior.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e

instituições sociais, privadas e públicas (entre estas também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).(NETTO, 1999, p. 95).

De acordo com Braz (2004), a vitória de um projeto é possível a partir de um nível ampliado de articulação política que envolve os mais distintos estratos de uma classe em torno de um projeto. Se este projeto pode estar longe de propor uma transição revolucionária, pode ao menos confrontar a reprodução acrítica ou uma mera conservação dos mecanismos políticos e econômicos que dão sustentação ao capitalismo no Brasil.

Se os projetos societários não compartilham dos mesmos conceitos dos profissionais, é claro que existirão inúmeros desafios para esta ação profissional, o que não quer dizer que isto deva imobilizar seus profissionais.

Segundo Braz (2004), o atual projeto hegemônico do Serviço Social, constitui-se de três dimensões internas, que são a dimensão teórica, a jurídico-política e a político-organizativa⁶, e foi possibilitado pelas mudanças e avanços ocorridos na profissão a partir da derrocada da ditadura e de acordo com os avanços da abertura democrática do país, conforme exposto no capítulo anterior.

A luta pela democracia, na sociedade brasileira, fazendo-se ecoar na categoria profissional, criou o quadro necessário para quebrar o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura inscreveu-se a primeira condição, a condição política, para a constituição de um novo projeto profissional. (NETTO, 1999, 100).

⁶ “A dimensão teórica envolve produção de conhecimento no interior da profissão acumulada nas duas últimas décadas. Esta dimensão relaciona-se à sistematização teórica das várias modalidades interventivas da profissão, configurando-se no seu momento reflexivo-investigativo, tendo como ‘parâmetro’ a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social’. A dimensão jurídico-política envolve o conjunto de leis, resoluções, documentos e textos políticos consagrados no meio profissional. Abrange o ‘aparato jurídico-político e institucional da profissão’, expresso no Código de Ética, na Lei de regulamentação e nas Diretrizes Curriculares... E ainda, no conjunto de Leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, tais como a Lpas, o ECA e a LDB, dentre outras. E a dimensão político-organizativa é onde estão assentados os fóruns de deliberação e as entidades representativas da profissão (CFESS/Cress, Abepss, Enesso)”. (BRAZ, 2004, p. 58).

A legitimação do projeto ético-político do Serviço Social na academia, datada dos anos 70, decorrente da Reforma Universitária imposta pelo regime ditatorial, permitiu o surgimento de cursos de pós-graduação profissionais, como mestrados, e nos anos 80, o doutoramento. Sendo assim, a produção de teses e dissertações propiciou sua publicação em forma de livros ou artigos:

Um balanço dessa produção mostra que, apesar de muito desigual, ela engendra uma “massa crítica”⁷ considerável, que permitiu à profissão estabelecer uma interlocução fecunda com as ciências sociais e, sobretudo, criar e revelar quadros intelectuais respeitados no conjunto da categoria e, inclusive, em outras áreas do saber. (NETTO, 1999, p. 102).

Nota-se aqui a importância do meio acadêmico e o debate constante sobre a formação profissional, para a consolidação do projeto hegemônico do Serviço Social. Dessa forma, as discussões sobre a formação profissional continuaram nos anos 90, as quais não estagnaram-se na reforma curricular de 1982, muito pelo contrário. Novos debates foram estimulados pela ABESS, que em 1996 redesenhou seu formato institucional, passando a ser Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS,

Todo o empenho foi dirigido no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas seja pelo enfrentamento, em um marco democrático, da questão social potenciada pela ditadura, sejam pelas exigências intelectuais que a massa crítica em acumulação poderia atender. Em poucas palavras, entrou na pauta do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder com eficácia e competência às demandas tradicionais e emergentes da sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional. (NETTO, 1999, p.103).

⁷ De acordo com Netto (1999, p.102), “a expressão massa crítica denota o conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber. O Serviço Social é uma profissão – uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sócio-técnica do trabalho – regulamentada no Brasil pela Lei 8.662 de 17/06/93; enquanto profissão, não dispõe de uma teoria própria, nem é uma ciência, isto não impede, entretanto, que seus profissionais realizem pesquisas, investigações, etc. e produzam conhecimentos de natureza teórica, inseridos no âmbito das ciências sociais e humanas. Assim, enquanto profissão, o Serviço Social pode se constituir, e tem se constituído nos últimos anos, como uma área de produção de conhecimentos”.

Proporcionados por essas transformações, novos campos e áreas de intervenção surgiram e vêm se ampliando, demonstrando o alargamento da prática profissional. Este movimento, de acordo com Netto (1999), não se deve somente a requalificação do trabalho profissional (acúmulo de massa crítica e redimensionamento da formação), mas, sobretudo, às conquistas de direitos civis e sociais que acompanharam a restauração democrática na sociedade brasileira, como por exemplo, práticas interventivas junto a determinadas categorias sociais (crianças, adolescentes, mulheres, terceira idade, entre outros), que só puderam se viabilizar institucionalmente porque receberam respaldo jurídico-legal.

Foram estes os principais componentes que permitiram - e que ainda estão em contínuo processo - a quebra do monopólio do conservadorismo na profissão e propiciaram a construção do novo projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, que tem expressão na fiscalização do exercício profissional (vide a nova lei de regulamentação da profissão nº 8662/93), na formação profissional (conforme as diretrizes curriculares da ABEPSS) e na direção ético-política do exercício da profissão, conforme os princípios do novo Código de Ética.

Almejando consubstanciar essas conquistas, as vanguardas da categoria promoveram a formulação de um novo Código de Ética Profissional⁸, no ano de 1986. Nos Códigos anteriores, o debate acerca da ética nunca foi privilegiado e o pequeno aprofundamento no campo da ética deixou “a desejar” no Código de 1986, ganhando um debate com peso e importância apenas na sua revisão em 1993⁹.

Os seus indiscutíveis avanços, que o tornam um marco na história do Serviço Social no Brasil, concretizaram-se no domínio da dimensão política, coroando o rompimento com o conservadorismo na explicação

⁸ Os Códigos de Ética anteriores foram elaborados nos anos de 1947, 1965 e 1975.

⁹ Nesta revisão, o novo texto incorporou todo o acúmulo teórico realizado pela categoria nos últimos vinte anos e também trouxe o debate ético em torno da própria necessidade de revisão.

frontal do compromisso profissional com a massa da população brasileira, as classes trabalhadoras. Entretanto, outras dimensões – éticas e profissionais – não foram suficientemente clarificadas, tornando necessária, em pouco tempo a sua revisão. (NETTO, 1999, p. 104).

Netto (1999) nos mostra a importância do Código de 1993, que foi instituído pela Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993 e publicado no Diário Oficial da União, nº 60, de 30 de março de 1993, seção I, pp. 4004-407 e coroou o processo de construção do projeto ético-político profissional.

Porém, o fato deste projeto ter sido satisfatoriamente estruturado com novos princípios ético-políticos, claramente visíveis no Código em vigor, não quer dizer que o processo de construção deste tenha se encerrado. Ao contrário disso, sua estrutura é flexível, para que, não abandonando seu eixo fundamental, possa abranger problemáticas diversas, incorporar novas questões, sendo um projeto em contínuo processamento.

Esquemáticamente, este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas: daí um compromisso com a autonomia a emancipação e a plena expansão dos indivíduos. É correto constatar que este projeto ético-político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social brasileiro na entrada dos anos 90. (NETTO, 1999, p. 105).

Contudo, a ruptura com o monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu as tendências conservadoras ou neoconservadoras, o que faz com que a heterogeneidade típica das categorias profissionais propicie a existência e a concorrência entre projetos distintos.

Podemos afirmar então, que como conquista das vanguardas da categoria, temos um projeto profissional hegemônico, vinculado a um projeto de sociedade que propõe a construção de uma nova ordem social, abolindo a dominação e a exploração de classe, etnia e gênero, que realiza a defesa

intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, seja na sociedade ou na profissão.

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização dos acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são postas explicitamente como condições para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Em decorrência, o projeto se reclama radicalmente democrático – vista a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 1999, p.106).

A ênfase na formação acadêmica qualificada¹⁰, por sua vez, propicia o aprimoramento intelectual do assistente social, para que esse tenha o compromisso com a competência descrito no projeto profissional.

Netto (1999) aponta que o projeto oferece uma nova relação com os usuários, em relação aos serviços oferecidos, sendo seu componente estrutural o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à qualidade, inclusive a publicização dos recursos institucionais instrumento indispensável para a sua democratização e universalização, para principalmente, abrir as decisões institucionais à participação dos usuários.

Toda essa nova relação estabelecida entre o profissional e o usuário dos serviços, é atravessada pelos princípios existentes no próprio Código de Ética atual, que passamos a tratar.

¹⁰ A formação, de acordo com Netto (1999), deve abrir o passo à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante postura investigativa.

2.2. O Código de Ética de 1993 – princípios fundamentais

Segundo Bonneti (1998, p.169; 171), o Código de Ética profissional estabelece normas, deveres, direitos e proibições a uma determinada categoria, representando para a sociedade, de um lado, um mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados à população; de outro, uma forma de legitimação social da categoria profissional. Para esta, o Código representa um instrumento, que determina parâmetros para o exercício profissional, por meio de sanções e normas, consubstanciando a identidade profissional frente à sociedade.

Cabe lançar mão de dois princípios éticos centrais para uma convivência profissional respeitosa e produtiva entre as linhas de pensamento, que orientam a prática dos assistentes sociais, faz-se necessário o compromisso com a igualdade e com a liberdade. Pois esta convivência jamais será isenta de tensões, colocadas, inclusive, pela necessária e legítima luta pela hegemonia no projeto profissional, que deve ser travada democraticamente. (BONETTI *et al*, 1998, p.173).

O Código de Ética de 1993 não se pretende corporativo, mas de acordo com Bonetti (1998), intenciona assegurar vínculos com as prioridades da sociedade. Dessa maneira, o atual Código se propõe a estabelecer nexos com essas prioridades, as quais vão estar bem expressas por meio de princípios e valores. A perspectiva é, então, buscar fortalecer uma clara identidade profissional, articulada a um projeto de sociedade mais justa e democrática.

Este código avança teoricamente recuperando as falhas do anterior, num momento marcado pela mobilização popular, pela cobrança política, mas também, um momento em que a globalização entra em cena, atrelando o país a um projeto de desenvolvimento que o deixa em posição subordinada ao capital estrangeiro. O profissional do Serviço Social terá então, que responder a essa conjuntura, de forma a não perder suas tão recentes conquistas no plano teórico-

metodológico da profissão, e necessitará enfrentar esse quadro, sem perder de vista que, mesmo que seu movimento de ruptura tenha ganhado espaço e obtido conquistas, como o Código de 1993, o conservadorismo não foi extinto da profissão e poderá apoiar-se nessas mudanças trazidas pelo neoliberalismo, para buscar o equacionamento “moral” da questão social.

Sendo o Código de Ética um instrumento a ser utilizado na busca da direção que se pretende dar a atuação profissional dos assistentes sociais, é que vamos analisar os seus princípios fundamentais em suas possibilidades e dificuldades, deixando claro que todos estão entrelaçados e necessitam uns dos outros para serem efetivados.

Como primeiro princípio, temos “*o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ele inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais*”. Com este princípio, Bonetti (1998, p.182, 183), ressalta que esta liberdade se constitui como construção coletiva, onde o indivíduo tem o seu valor, mas dentro da perspectiva de que a plena realização da igualdade de cada um requer a plena realização de todos os indivíduos sociais.

Dessa forma, para garantir autonomia e emancipação aos sujeitos, bem como a plena expansão dos indivíduos sociais, não podemos reduzir a liberdade ao plano de sua realização individual, como é posto na dinâmica capitalista, onde para que alguns gozem do direito à liberdade, outros tenham de contentar-se com os limites que sua condição econômica e social impõem à conquista da sua “liberdade”, ou seja, à falta dela.

Por exemplo, podemos perceber em moradores de condomínios luxuosos no Rio de Janeiro, o desejo por uma maior segurança, e de isolarem-se de membros de comunidades, muitas vezes, próximas a esses condomínios. Estas pessoas, com

melhores condições econômicas e sociais, anseiam por uma liberdade, que se baseia em poder viver tranquilamente em suas residências, em poder sair e voltar sem serem acometidos pela violência ou sem serem perturbados com a “desordem” feita pelos grupos das camadas mais pobres. Desejam não ter contato com estes últimos. Para isto, as pessoas das camadas mais baixas, precisariam contentar-se com as suas restrições econômicas e com o fato de não terem a liberdade para ir onde desejam, de não poderem viver mais confortavelmente, pelo baixo poder aquisitivo, ou mesmo, de freqüentar os mesmo locais públicos, como praias, shoppings, já que sua presença seria de desagrado dos demais. Sem falar que a própria violência é muitas vezes fruto dessa falta de “liberdade”. Muitos jovens entram para o mundo do crime, pois não possuem as mesmas possibilidades de outros, não conseguem ver maiores perspectivas de vida, e outras vezes sofrem por carências de necessidades mais básicas, como remédios, alimentos, saneamento básico, entre outros, além da constante perda de entes queridos, seja por essas carências ou pela própria violência, muito mais presente em seus bairros ou comunidades. Com isso, percebemos que a melhor saída, não é a liberdade individual, onde uns a gozam aparentemente e outros não a conhecem. É necessário que todos possam usufruir condições dignas de vida, para que sejam equiparados em termos de liberdade, sendo esta, coletiva.

Bonetti (1998) faz uma consideração importante, quando ressalta que, por mais que as condições objetivas pareçam carecer da liberdade, tornando-se um empecilho à atuação do assistente social, tornar-se passivo, resignado ou fatalista, renunciando ao enfrentamento do desafio desta questão, faz com que quem age assim, torne-se cúmplice destas condições, renunciando à liberdade que desejam. O primeiro passo para que isso não aconteça, é compreender que é ilusório a noção

de liberdade absoluta, de poder tudo realizar, porém não sucumbindo a este combate e fazendo da necessidade um campo da criação da liberdade como realidade.

Como exemplo disso, Chauí (*apud* Bonetti *et al*, 1998, p. 183), nos fala das lutas anti-racistas, de anti-discriminação sexual, anti-homofóbica, ou de discriminação de classe, que são estratégias na busca da liberdade dos indivíduos sociais. O assistente social participa deste processo na medida em que:

O exercício do Serviço Social é compreendido nessa perspectiva da reinvenção do cotidiano, da iniciativa, fruto da crítica social e do dimensionamento das estratégias político-profissionais, a exigir uma delicada sintonia entre o saber técnico e a competência política. (BONETTI, *et al*, 1998, p. 183).

O segundo princípio é o da “*defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo*”. Este princípio sinaliza o posicionamento dos assistentes sociais, principalmente desde os anos 1970, contra todo tipo de abuso de autoridade, torturas, violência doméstica, demonstrando, historicamente, a sua firme vinculação à luta em favor dos direitos humanos.

Como afirma Bonetti (1998), o Brasil é, há muito tempo, avassalado por práticas de crueldade, sejam por autoridades policiais (anteriormente militares também), traficantes ou até mesmo pela própria população, que procura fazer justiça com suas próprias mãos, podemos observar cotidianamente, cenas típicas de uma “barbárie civilizada”, gerando situações totalmente avessas à vigência dos direitos humanos. O desemprego, a fome, a carência de educação digna para todos, o descrédito e a morosidade do Judiciário, a impunidade generalizada, a falta de horizontes etc, concorrem para o embotamento das consciências e o embrutecimento dos indivíduos. Assim, o senso comum, informado pela ideologia

dominante clinicamente indiferente, faz vista grossa às várias e sutis formas de violação dos direitos humanos.

A possibilidade de romper com esse conservadorismo, justificador da desigualdade, acena para uma permanente crítica e autocrítica aos componentes e pensamentos reprodutores do paradigma da crueldade e da desumanização. Trata-se de empreendermos uma recusa a um combate nos espaços institucionais e nas relações cotidianas, diante de todas as situações que ferem a integridade dos indivíduos e que os submetem ao sofrimento, à dor física, e à humilhação. Como contraponto a essa lógica da perversidade e da omissão, os assistentes sociais devem se imbuir, pelo que pelo que o Código de Ética sinaliza, de um espírito e de uma postura assentados numa cultura humanística e essencialmente democrática. (BONETTI et al, 1998, p. 185).

Partindo da experiência vivida durante a realização de estágio supervisionado, observamos que certos profissionais, para levar “à risca” as normas institucionais, acabam por ferir o direito dos usuários. Podemos exemplificar a dificuldade em se realizar este princípio, quando observamos durante o estágio o caso de uma usuária, em estado considerado grave pelos médicos, que permaneceu por muitos dias sem visita porque seus familiares residiam em outra cidade e seu esposo não obtivera a concessão de horário especial para visita, pois não tinham a possibilidade de visitá-la no horário determinado pela instituição, já que sendo motorista de caminhão, possuía horários disponíveis variados. Foi alegado que seria dado um horário especial, mas não que variasse, ou seja, isto não alterou muito as possibilidades de visita à usuária. Neste caso, foi muito importante que outros profissionais da equipe estivessem atentos ao caso, percebendo que este seria um caso de exceção à regra quanto ao horário de visita. Percebemos com isto, que as regras e normas institucionais não podem ferir os direitos dos usuários, pois desta forma ferem também os princípios do Código de Ética profissional, dentre eles o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

O terceiro princípio é o da “*ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*”. Como enfatiza Bonetti (1998), este é um princípio de presença vital no projeto ético-político do Serviço Social, na medida em que os assistentes sociais possuem a particularidade de atuar no espaço de viabilização de direitos.

Dessa forma, os assistentes sociais não devem se orientar pelos limites impostos à referência de cidadania posta pela ordem política e civil, que se contenta com um limite mínimo e precário para a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos – onde a atuação do profissional se esgota na entrega de cestas básicas, concessão de vales, entre outros – mas devem lutar e defender a assistência social como política pública, contextualizada e conectada às demais políticas sociais (Bonetti *et al*, 1998).

Os assistentes sociais necessitam intervir de modo que o nível de possibilidade de atendimento das necessidades dos trabalhadores e dos usuários do Serviço Social seja ampliado, ambicionando a contemplação integral dos direitos sociais.

É comum vermos hoje, por exemplo, o incentivo ao voluntariado, o que prejudica ainda mais a conscientização dos cidadãos em relação aos seus direitos, que são deveres do Estado, mas o assistente social deve contribuir para esta reflexão. Deve também, sistematizar seu trabalho e estudar as demandas que lhe são postas para planejar formas estratégicas de atendê-las para além da imediatividade dos atendimentos.

Por exemplo, quando foi constatado, por meio de pesquisa, que a maioria dos casos de hanseníase atendidos no Hospital Universitário Clementino

Fraga Filho (HUCFF) era de usuários que moravam em outros municípios, diferentes equipes da saúde, incluindo o Serviço Social, se envolveram em torno de um projeto que levaria estes profissionais a estes municípios. O projeto se estendeu e garantiu bons resultados.

Segundo Bonetti (1998) o comprometimento com a cidadania exige a ultrapassagem da orientação civil e política imposta pelo pensamento neoliberal, portanto, na superação dos limites marcados pela reprodução das relações sociais no capitalismo, mas tomando-a de acordo com a significação ético-política proposta, que consiste na universalização dos direitos sociais, políticos e civis, pré-requisitos estes fundamentais à sua realização. No entanto, na mediação exercida pelo profissional, existe uma tensão entre a universalização de direitos e os limites econômicos impostos pela lógica do capital, que exige um trabalho engajado na potencialização das reivindicações e interesses presentes nos conflitos, de forma a estabelecê-los como direitos.

Assim, o cotidiano institucional – viabilização do acesso a benefícios, triagem, plantões, etc. – marcado por pressões dessa natureza, solicita ao profissional, com frequência, a produção de estratégias teórico-metodológicas e políticas, que não devem se distanciar dos fins e princípios éticos. As respostas a serem construídas em meio à imediatez dessas demandas, imprescindíveis e inadiáveis, não podem, contudo, se resumir ao enfrentamento de fatos isolados, estanques ou absolutizados. (BONETTI ET AL, 1998, p.188).

O quarto princípio é o da “*defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida*”. Para além da democracia política, estabelecida pela ordem burguesa, a democracia defendida no Código reclama igualdade de acesso e oportunidades para que todos os indivíduos tenham direito a um trabalho e existência dignos, a condições de moradia, saúde, educação, lazer e cultura. Porém, esse tipo de democracia, não

cabe dentro dos objetivos e dos limites da sociedade burguesa, que é estruturada a partir da exploração de uma classe sobre a outra (BONETTI, 1998).

É necessário entender que “os obstáculos à democracia não inviabilizam a sociedade democrática. Pelo contrário, somente nela somos capazes de perceber tais obstáculos e lutar contra eles.” (CHAUÍ apud BONETTI, 1998, p.189).

Este princípio está diretamente ligado à construção da cidadania. E isso não acontece enquanto existir a propriedade privada que concentra a riqueza socialmente produzida nas mãos de poucos. Para trabalhar de acordo com este princípio mediante as atuais dificuldades, é necessário além da consciência política, a viabilização de políticas geradoras de emprego e renda, que não se esgotem em programas assistencialistas como o Bolsa Família, por exemplo. Programas de capacitação, cursos técnicos, oficinas, entre outros, também devem ser oferecidos e divulgados para tentar possibilitar a inserção dos cidadãos no mercado de trabalho.

Podemos também requisitar o acesso à cultura e ao lazer, que atualmente são caros e não estão dentre as possibilidades de toda a população, por meio de entradas com preços simbólicos em determinados dias em teatros, cinemas, estádios, exposições gratuitas, entre outros. Este espaço tem sido ocupado em grande medida por ONG'S com seus trabalhos acerca da cultura e do lazer, além de ações voluntárias, mas que não bastam e não garantem o acesso contínuo a esses direitos.

O quinto princípio expressa o “*posicionamento em favor da equidade e justiça social, de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática*”.

Concordando com Bonetti (1998), esse princípio constitui valores essenciais ao nosso compromisso ético, pois estão diretamente ligados à realização da democracia e da liberdade. A defesa da equidade e da justiça social funciona, pois, como signo da luta pelo efetivo processo de democratização do acesso e usufruto dos serviços sociais.

É complicado ao assistente social pensar em assegurar a universalidade dos direitos quando muitas vezes precisa trabalhar com rígidos critérios de elegibilidade, no entanto, devem através do estudo de toda a demanda e da sistematização do seu trabalho, buscar e apresentar meios de ampliar o acesso a essas políticas. Por exemplo, no HUCFF, dentro do serviço de segurança e saúde do trabalhador, as ações de prevenção e promoção eram feitas apenas aos servidores públicos deixando de fora os trabalhadores terceirizados, mas partindo-se desta carência foi incorporado no setor um projeto da UFRJ nas instituições públicas, que visa também a prevenção e a promoção da saúde, incluindo os terceirizados e cooperativados.

O sexto princípio refere-se ao *“empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”*. Este princípio reconhece e valoriza os direitos e preferências individuais dos assistentes sociais e usuários.

É relativamente comum se observar em situação de plantão social, que assistentes sociais conversavam uns com os outros, discriminando usuários logo após atendê-los, ora por sua orientação sexual, ora pela quantidade de filhos, ou ainda por conceberem que o usuário seria “acomodado” no fato de não buscar trabalho e encontrar-se desalentado. Já pude ouvir também, profissionais concluindo que um usuário perderia várias oportunidades de emprego e não conseguiria

estabelecer-se economicamente pelo fato de ser assumidamente homossexual. Essas cenas mostram claramente que a naturalização, a moralização e a psicologização da questão social ainda estão presentes na categoria, trazendo à tona o recente passado profissional, que atualmente é tão negado. Entendemos aqui que os profissionais muitas vezes não conseguem desligar-se de valores que lhe foram conferidos durante sua vida e continuam presentes na atuação profissional.

Não podemos esquecer que dentro da própria categoria há diversidade e os profissionais necessitam conviver com elas, baseando-se no respeito e à luz do sexto princípio, buscando a eliminação de qualquer preconceito.

Uma interessante iniciativa nesta direção é a atual campanha do conjunto CFESS/CRESS que defende a aceitação “de todas as formas de amor” sem preconceitos, cujos cartazes de divulgação são ilustrados com casais de raças distintas e casais homossexuais.

Diante disso:

Se o cotidiano da prática do assistente social, é entrecortado por uma série de dilemas e angústias, por outro lado é privilegiado por conta da natureza sóciopolítica de sua ação e pelo montante de conhecimentos reunidos no processo de formação. O fato de lidarmos com a efetivação de uma prática social torna premente o nosso dever de exercitar e suscitar a tolerância e o respeito diante do outro e das diferenças, requisitos fundamentais para o amadurecimento da democracia e da liberdade. (BONETTI ET AL, 1998, p.195; 196).

O sétimo princípio fala da “*garantia do pluralismo, por meio do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual*”. De acordo com Bonetti, (1998), o pluralismo visa garantir uma convivência respeitosa e produtiva entre todas as correntes, que circulam no Serviço Social, dando-lhes direito a uma expressão

teórica e política, garantindo o máximo de condições de liberdade de crítica e de discussão. No entanto essas concepções terão repercussão e influência direcionadas pela própria categoria, que optará se posicionar por aquela, que a seu ver, melhor explica e enfrenta os dilemas e desafios da realidade da prática profissional.

Contudo, torna-se impossível desejar, que essa convivência seja isenta de tensões e conflitos, afinal, entremeio às polêmicas e aos momentos de acirramento, não podemos perder de vista, dentro desta atitude plural, o respeito às várias orientações democráticas.

Como exemplo desses conflitos, podemos observar no cotidiano profissional algumas tensões na equipe, pelo fato de alguns profissionais com formação em épocas e locais diferentes, não concordarem com a direção teórica e/ou política tomada pela chefia ou outros colegas da equipe. Porém, os profissionais não podem deixar de respeitar a direção que cada um segue, como estabelecido no sétimo princípio do Código de Ética, desde que não a mesma não fira os princípios ético-políticos. Uma saída para aliviar estas tensões, pode ser a realização das reuniões de equipe, com a participação também de estagiários, promovendo a discussão de casos, possibilitando que todos os profissionais se expressem de acordo com sua concepção teórica e ético-política.

O oitavo princípio fala da *“opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”*.

Neste princípio, o Código vincula explicitamente a profissão com os usuários dos serviços sociais e com a construção de um novo projeto societário, afinado com as variadas demandas a essa direção social, além de ser respaldado

por uma concepção de sociedade que preconiza o fim da dominação ou exploração de classe, etnia e gênero (BONETTI, 1998).

Podemos demarcar aqui a importância da articulação da categoria com movimentos que lutem contra todas as formas de exploração, contra o trabalho de crianças, o trabalho escravo que ainda pode ser encontrado no Brasil, e também movimentos a favor da reforma agrária, como é o caso do MST, movimento muito importante e de grande visibilidade atualmente.

O nono princípio é o da *“articulação com os movimentos sociais de outras categorias profissionais, que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores”*.

Sem a articulação com outras categorias, torna-se muito complicado a conquista e ampliação dos direitos que almejam os assistentes sociais. Uma categoria sozinha não terá o mesmo grau de relevância do que a junção de várias articuladas em torno de um objetivo.

A conscientização e a mobilização dos profissionais acerca da relevância da nossa presença atuante na luta dos trabalhadores, e na transformação da sociedade, assim como no deciframento e potencialização da dimensão política da prática profissional, constituem o saldo de uma época – anos 80.

Ao longo desse processo, foi sendo gestada uma cultura profissional insubmissa, que plasmada em todos esses sujeitos e realizações coletivas, constitui a essência do compromisso ético-profissional do assistente social com a luta geral dos trabalhadores. (BONETTI ET AL, 1998, p. 201).

No meu estágio no HUCFF, pude perceber que a melhor forma de avançar na efetivação dos direitos e interesses dos usuários sempre foi quando as diferentes equipes de saúde agiam conjuntamente em torno de projetos, “casos sociais” ou até mesmo em relação à negociação com a direção, sobre as condições materiais da instituição.

Apesar da histórica subalternidade da profissão e de nem todas as categorias profissionais estarem dispostas a unir-se, o que dificulta em alguns casos esta articulação, é possível aos assistentes sociais esforçarem-se para conseguir a parceria com diferentes categorias, propondo projetos, participação em grupos, programas e em reuniões acerca de um mesmo objetivo, sempre em conjunto.

“O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional” está estabelecido no décimo princípio.

Tal compromisso, não está relacionado a uma técnica desenvolvida com eficácia por um sujeito que se submete acriticamente a um corolário de exigências burocrático-administrativas, e também, às regras e à disciplina da organização. (BONETTI *et al*, 1998, p. 202).

Isto significa uma aposta na relação entre técnica, política e ética, partindo do entendimento que o Serviço Social é uma profissão que trabalha com os conflitos de produção e reprodução.

Se, nos anos 80, uma das principais conquistas foi a descoberta e a ênfase da dimensão política da prática profissional, cresce agora a visualização do papel de mediação e articulação desempenhado pela ética entre o saber e a práxis política. Tal mediação se exerce pelas seguintes vias:

- como interiorização dos valores e princípios ético-profissionais, suscitadora de novas posturas e projetos de intervenção, pondo-se os conteúdos teóricos recebidos em movimento ou suscitando a consciência da necessidade de novo investimento na capacitação profissional; enfim, como enriquecimento dos carecimentos individuais e profissionais, enquanto uma opção pelo difícil, como signo do crescimento e não pelo conformismo e acomodação fáceis;
- ou ainda, como construção pessoal e profissional mais completa, que requer a participação consciente e ativa, seja nos fóruns da categoria, seja nos espaços coletivos de discussão e formulação de políticas públicas, e também junto aos movimentos sociais e demais organismos democráticos de atuação política. (BONETTI ET AL, 1998, p.203).

A defesa da qualidade dos serviços prestados, no que compete à profissão, efetiva-se a partir do esforço de toda a categoria, empenhando-se na direção dos objetivos a serem alcançados. Para Bonetti (1998), a qualidade na

atuação dos assistentes sociais compreende a capacidade de crítica teórica, consistência histórica, refinamento político, habilidade para projeções estratégicas no desempenho de atividades técnicas e políticas, e mais, superação de perspectivas reducionistas e unilaterais como praticismo, teorismo, ecletismo e voluntarismo.

Por fim, o último princípio do Código assinala “*o exercício do Serviço Social, sem ser discriminado, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física*”. Este princípio vem assegurar aos profissionais e aos usuários o respeito às diferenças existentes entre profissionais e usuários e mais uma vez expressa a problemática da presença da moralização das expressões da “questão social” estar presente na atuação profissional, ferindo este princípio.

Segundo Bonetti(1998), o último princípio contempla ainda as preocupações anteriores explicitadas no Código, no que diz respeito à experiência particular e subjetiva da liberdade, tanto pertinentes a grupos e atores sociais, quanto aliada às diversas inflexões e explicitações das singularidades que determinam os indivíduos, cultural e socialmente.

Ao fim desta rápida análise do novo Código de Ética profissional, cabe deixar claro, que os valores, intenções e princípios nele estabelecidos não se garantem e realizam a partir de si mesmos, mas como nos sinaliza Bonetti (1998), dependem de outros fatores como a qualidade da formação profissional, o nível de consciência política e de organização da categoria, o compromisso dos profissionais enquanto cidadãos, e também as condições objetivas que incidem sobre o desempenho profissional.

Temos nos princípios do Código, a direção e a motivação que deverão impulsionar os assistentes sociais na busca por uma intervenção profissional de qualidade, atrelada aos objetivos da profissão, para efetivação dos direitos dos cidadãos e na construção de uma ordem societária igualitária, que promova a emancipação dos seus integrantes.

O atual Código de Ética pretende, assim, constituir uma nova motivação para os sujeitos profissionais, além de lhes suscitar novas exigências, sintonizados com o desafiador espírito de investimento e de luta da categoria e da sociedade brasileira, em prol de práticas sociais emancipadoras, livres e igualitárias. (BONETTI ET AL, 1998, p. 208).

Podemos compreender aqui que as dificuldades que os profissionais sofrem na prática profissional, direcionada pelos princípios do seu Código de Ética, são ocasionados pelo fato de que estes princípios estão na contramão da atual conjuntura.

2.3. A atual conjuntura e os desafios para o Projeto Profissional

O questionamento a que os assistentes sociais vêm se fazendo e procurando respostas palpáveis, desde a época de formação acadêmica, é: **como consolidar o projeto ético-político na contramão das políticas neoliberais impostas pelo projeto societário vigente?**

Conforme Iamamoto (2001),

Os valores e princípios ético-políticos radicalmente humanos, que iluminaram as trilhas percorridas pelos assistentes sociais nas últimas décadas, sofrem hoje um forte embate com a idolatria da moeda, o fetiche do mercado e do consumo, o individualismo possessivo, a lógica contábil e financeira que se impõe e sobrepõe às necessidades e direitos humanos e sociais. (IAMAMOTO, 2001, p. 140).

Iamamoto (2001) nos permite enxergar que as tendências da lógica neoliberal favorecem a produção e a reprodução das desigualdades de todos os tipos, decorrentes dos processos de concentração de renda, terra, poder, ciência e cultura. São exatamente essas desigualdades que permitem que os indivíduos sociais se revoltem, resistam e lutem para construir outros horizontes da vida em sociedade, na contracorrente do poder, integrando as forças renovadoras da vida, e, portanto, da história.

No cotidiano profissional, realizar uma aproximação às condições de vida e trabalho das classes sociais, em especial as subalternas – público-alvo preferencial – é requisito imprescindível para a efetivação dos valores e princípios estabelecidos no projeto ético-político da profissão. Somente com essa aproximação, será possível aos profissionais do Serviço Social, captar os reais interesses e necessidades dos seus usuários, formulando maneiras diferenciadas de organização e luta para fazer frente à pobreza à exclusão econômica, social e cultural (IAMAMOTO, 2001).

Neste momento torna-se importante explicitar que à profissão é atribuída uma dimensão política, pois o assistente social trabalha entremeio às relações sociais; o que, no entanto, não deve ser confundido com a militância político-partidária. Esta dimensão diz respeito ao fato de o trabalho do assistente social ser realizado e inscrito nas relações de poder entre as classes que compõem a sociedade capitalista. Para a classe subalterna, essas relações trazem as piores consequências das desigualdades expressas nas diversas formas de exploração, subordinação e exclusão das conquistas da civilização.

Braz e Vinagre (2003) nos mostram, que além dos usuários, os assistentes sociais também sofrem intensamente as consequências das políticas

neoliberais direcionadas às reformas do Estado, tendo em vista que estão inseridos em tais políticas por sua condição de trabalho, em sua maioria nos órgãos estatais (dos três níveis: municipal, estadual e federal). Torna-se evidente a degradação dos serviços públicos, a mercantilização das políticas públicas (deslocando os padrões da intervenção na questão social para a esfera privada, apelando e incentivando a sociedade civil às múltiplas formas de solidarismo e voluntariado), o que traz dificuldades reais para a efetivação de princípios históricos, que defendem a defesa das políticas públicas de responsabilidade estatal.

Como trabalhadores, as (os) assistentes sociais vivem situações precárias, com acirramento de políticas neoliberais entre as relações de trabalho. Situações como degradação salarial, flexibilização das formas de contrato de trabalho, piora das condições gerais de trabalho, além do desemprego, tenderão a aumentar, sobretudo se contra-reformas trabalhistas se realizarem. Estes elementos combinados entre si implicarão notórias dificuldades ao exercício profissional qualificado e balizado por fundamentos éticos consagrados no atual Código de Ética. (BRAZ; VINAGRE, 2003, p. 3).

Para Iamamoto (2001), lidando com as desigualdades existentes nas relações de poder e sociais, o cotidiano do trabalho do assistente social apresenta-se como um campo de expressões concretas das desigualdades, de manifestações, de desrespeito aos direitos sociais e humanos, atingindo, inclusive, o direito à vida. É justamente a maneira como o profissional vai lidar com esses obstáculos que dará direção à sua atuação, pois, se o profissional souber detectar tais manifestações, potencializando sua manifestação política, utilizando todos os meios possíveis para denúncia dos desrespeitos aos direitos humanos e sociais, assim como qualquer desmando identificado, estará reforçando a dimensão política das ações profissionais. Ações essas, que deverão se aliar a publicação de estudos e pesquisas sobre as situações vividas na atuação profissional.

Segundo Braz (2004), podemos identificar na atual conjuntura do país, determinados rebatimentos que impactam negativamente sobre as três dimensões do projeto ético-político do Serviço Social,

A dimensão teórica do projeto ético político, com a redução do Estado e suas conseqüentes restrições orçamentárias, poderá enfrentar dificuldades quanto a restrições aos financiamentos públicos de pesquisa, como também, por conta da progressiva mercantilização das universidades públicas¹¹, com degradação das condições de trabalho dos docentes, que poderão atingir direto as bases acadêmicas, pelas quais, historicamente, o Serviço Social brasileiro pode avançar teoricamente, conquistando reconhecimento nos espaços universitários. Isto pode acarretar uma fragilização da base teórico-acadêmica do projeto profissional, a saber, dos espaços de formação e dos grupos de pesquisa consolidados que, por meio dos seus cursos de graduação e, notadamente, de suas pós-graduações, plantaram os pilares acadêmicos que sustentam e contornam a dimensão teórica do projeto ético-político, materializada em extensa e qualificada produção de conhecimentos. (BRAZ, 2004, p. 60).

Já sobre a dimensão jurídico-política do projeto ético-político, Braz (2004) sinaliza problemas de duas ordens distintas. Uma refere-se às alterações no sentido de flexibilizar as relações trabalhistas e de desregulamentar as profissões.

A outra se verifica no desenvolvimento do trinômio degradação/mercantilização/privatização do aparato público-estatal e a conseqüente retirada de direitos sociais advindos da Constituição de 1988, onde as permanentes ofensivas às legislações sociais oriundas de 1988 (ECA, a Loas e o SUS), põem em questão o ordenamento jurídico-político do projeto-profissional, de onde já pudemos vivenciar uma série de embates que envolveram as entidades da categoria em defesa das conquistas históricas da profissão ao longo dos anos 1990¹².

Quanto à dimensão político-organizativa do projeto ético-político temos que:

As características antidemocráticas da fase atual do capital incidem sobre a organização política dos trabalhadores. É sabido que o neoliberalismo

¹¹ Podemos citar a política atual do Governo Lula, com o REUNI.

¹² Segundo Braz, (2004, 62), o questionamento a este ordenamento constituído pode se manifestar de diversas maneiras. Seja por meio de propostas de complementações à legislação consolidada, da retirada de certos itens, ou ainda, ignorando-a por meio de decretos e medidas provisórias ou atos administrativos. Isto coloca e xequê aspectos fundamentais do projeto profissional, relacionados à cidadania, à democracia e a ampliação do acesso universal às políticas públicas.

requer para seu pleno desenvolvimento um ambiente político de não-questionamento ao seu ideário... Nesse sentido as entidades representativas do Serviço Social (o conjunto CFESS/CRESS, a Abepss e a Enesso) continuarão, provavelmente a enfrentar ofensivas do capital, uma vez que suas agendas políticas, ao que tudo indica, permanecerão na contracorrente da hegemonia neoliberal defendida até aqui, pelo governo atual. (BRAZ, 2004, p. 63).

A partir das análises de Braz (2004), identificamos dificuldades que os assistentes sociais já começam a enfrentar no exercício profissional, em relação à garantia efetiva dos princípios fundamentais do Código de Ética, porquanto se desenvolvem em condições político-profissionais adversas.

Temos diante deste quadro, inúmeros desafios que se apresentam ao cotidiano profissional dos assistentes sociais, que, de acordo com Braz (2004), devem ser enfrentados por meio da construção de ações profissionais que busquem revertê-los, articulando três níveis de competência teórica, política e técnica, indissociavelmente.

Para que os profissionais possam ter condições de consolidar e manter os princípios e compromissos coletivos da profissão aqui apresentados, mesmo na contramão das políticas neoliberais postas como estratégias de manutenção do capitalismo, Braz (2004) sinaliza como sugestões, dar continuidade ao aprofundamento teórico desencadeado desde os anos 1980, sem perder de vista as particularidades e singularidades históricas da vida social relativas ao Serviço Social; buscar maior aproximação entre a academia e o campo profissional; fortalecer o projeto ético-político entre os profissionais diretamente vinculados ao exercício e buscar aprimoramento intelectual para entender melhor as mudanças, qualificando assim a ação profissional e deixando de lado o individualismo profissional. Ou seja, atuar na direção de saídas coletivas (CFESS, Cress, Abepss, organizações sindicais

e etc.), além de manter e fortalecer os laços que unem as entidades representativas do Serviço Social – Abepss, CFESS/Cress e Enesso.

...vale conferir o rol de propostas dos fóruns representativos da profissão. Há uma grande agenda política a cumprir, que requer a mais ampla mobilização e participação dos assistentes sociais, tanto daqueles vinculados à academia, como, quanto daqueles diretamente envolvidos com o processo interventivo profissional. (BRAZ, 2004, p. 67).

A melhor maneira para que os assistentes sociais promovam uma ação profissional vinculada objetivamente aos seus princípios na atual conjuntura, é articulando-se entre si com outras categorias profissionais que partilhem dos mesmos compromissos e com os movimentos populares, buscando respaldo nas suas entidades e na academia. A formação contínua - pós-graduação, especializações, grupos de pesquisa, formulação de projetos, entre outros - é a melhor forma de preparar os assistentes sociais no enfrentamento das dificuldades que se impõem à profissão pelas políticas neoliberais e na concreção do seu projeto profissional hegemônico.

Então, é necessário compreender que não há fratura entre a teoria e a prática (como alguns profissionais costumam afirmar), pois a prática profissional depende da direção e do embasamento obtidos por um respaldo teórico-metodológico, que lhes possibilita, na apreensão da realidade, alcançar as verdadeiras possibilidades e estratégias de efetivação dos seus objetivos profissionais e compromissos ético-políticos, defendendo-os em quaisquer circunstâncias e denunciando os abusos e arbitrariedades encontrados na sua atuação.

CONCLUSÃO

Neste trabalho pudemos refletir e analisar, a partir das dificuldades encontradas na prática dos assistentes sociais, que apesar das limitações conferidas à sua intervenção, diante das políticas neoliberais - que trazem precariedade às condições de trabalho, promovem a minimização do Estado para o social em favor da manutenção do sistema capitalista - e das marcas ainda presentes do conservadorismo oriundo da gênese da profissão – nascida para amenizar as contradições das relações sociais e de trabalho existentes na sociedade burguesa, em favor do capital – é possível, sim, estabelecer uma prática profissional estratégica, voltada aos princípios e valores do projeto ético-político do Serviço Social e do seu Código de Ética¹³.

Entendemos que os assistentes sociais necessitam enfrentar as demandas imediatas, dando-lhes respostas rápidas e nem sempre efetivas, sem perder de vista o caráter de médio e longo prazo, pois como nos afirma Vasconcelos (2007), nesta realidade social, ainda que seja necessário enfrentar e dar respostas às questões imediatas, elas não se resolverão de fato nesta organização social assentada na exploração e na apropriação do trabalho.

Propor uma prática com uma perspectiva de médio e longo prazo é o que mais inquieta os assistentes sociais, que por causa das políticas e reformas do sistema capitalista, sentem-se presos e limitados às respostas mais imediatas, porém, “sem consciência e instrumental teórico e técnicos necessários para

¹³ Esta referência aos Códigos de Ética é importante, ao tratarmos dos componentes dos projetos profissionais para esclarecer dois aspectos relevantes. O primeiro refere-se ao fato de os projetos profissionais requererem, sempre, uma fundamentação sobre valores de natureza explicitamente ética – mas fundamentação que, sendo postas nos Códigos, não se esgota neles, isto é: a valoração ética atravessa o Projeto Profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele. (NETTO, 1999, p.98).

apreender a lógica da organização social capitalista, não se trabalha na direção dos interesses e necessidades históricos da classe trabalhadora.” (VASCONCELOS, 2007, p. 21).

Trabalhar no âmbito do público, neste momento de supervalorização do privado, de sucateamento dos espaços públicos, também é um complicador, assim como atuar na direção dos interesses coletivos, se torna complexo para o assistente social na atual conjuntura, onde os interesses são cada vez mais individualizantes.

Atualmente, as políticas focalistas do Estado neoliberal não só excluem a maioria do acesso aos benefícios, mas rompem com o que está garantido na Constituição Federal, principalmente no que se refere à saúde, assistência e previdência, constante em lei, como direito do cidadão e dever do Estado, dificultando a universalização dos direitos e, principalmente, o controle social. (VASCONCELOS, 2007, p. 23).

A falta de esclarecimento dos cidadãos sobre seus direitos, a focalização e a fragmentação das políticas, que dificultam e inviabilizam a crítica, a não efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal, o individualismo exacerbado em detrimento dos interesses coletivos – lembrando a responsabilização/culpabilização dos indivíduos por sua condição econômica e social, que marcam a história do país e a gênese do Serviço Social - a dificuldade da articulação com as diferentes categorias profissionais, entre outros, são fatores que se apresentam e dificultam a prática dos assistentes sociais, mas não devem paralisar o profissional.

Pelo contrário, é exatamente essa realidade adversa que exige que o profissional não se limite a trabalhar com políticas puramente assistencialistas, mas busque atuar no sentido de planejar, formular, coordenar, organizar e gestar políticas, que incorporem ações sistemáticas de formação, capacitação e organização para exercício do controle social e do acesso aos direitos sociais

garantidos por lei, para que os usuários possam ter condições de adquirir e exercer sua cidadania.

Os assistentes sociais devem se valer de todo o avanço que a profissão conquistou quando colocou em vigência o currículo de 1982 e suas diretrizes curriculares atuais na formação e na elaboração do Código de Ética de 1993, para escapar das tendências conservadoras que teimam em ressurgir na prática de muitos profissionais,

O que está em jogo para os assistentes sociais que objetivam uma ação profissional que rompa com o conservadorismo na ação profissional – numa direção que ‘pondo como valor ético central a liberdade, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho, toma como princípios fundamentais, a democracia e o pluralismo e, posicionando-se em favor da equidade e da justiça social, opta por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.’¹⁴ - é a apropriação de uma perspectiva teórico-metodológica e ético-política que, colocando referências concretas para a ação profissional, possibilite a reconstrução permanente do movimento da realidade objeto da ação profissional, como expressão da totalidade social, gerando condições para um exercício profissional consciente, crítico, criativo e politizante, que só pode ser empreendido na relação de unidade entre teoria e prática. (VASCONCELOS, 2007, p. 27; 28).

Como instrumento para a concretude das intencionalidades da profissão em trabalhar na viabilização dos direitos coletivos, o projeto hegemônico da profissão¹⁵ permanece vinculado aos interesses dos seus usuários, levando-se em conta a pluralidade existente na categoria,

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociedadeis que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais. (NETTO, 1999, p.102).

¹⁴ (NETTO apud VASCONCELOS, 2007, p. 27)

¹⁵ O projeto hegemônico de uma determinada categoria comporta um pacto entre os seus membros: uma espécie de acordo sobre aqueles componentes que, no projeto, são imperativos e aqueles que são indicativos. Imperativos são os componentes compulsórios, obrigatórios para todos os que exercem a profissão; indicativos são aqueles em torno dos quais não há um consenso mínimo que garanta o seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros da categoria profissional. (NETTO, 1999)

O assistente social não deve se restringir apenas à condição de mero executor de políticas sociais, mas tornar-se planejador e gestor dessas políticas em suas diversas áreas de atuação. É, portanto, a partir de uma apreensão de forma crítica da realidade, no campo teórico-prático e técnico-operativo, que o profissional terá que responder às demandas que se apresentam, explícitas ou não, ancorando-se no seu projeto profissional,

Este projeto ético político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. (NETTO, 1999, p. 104).

Outro problema que deve ser superado na prática dos assistentes sociais é a falta de comprometimento com suas funções. Ainda que em sua intenção seja diferente, muitos profissionais, seja por estarem em desvio de função, sem cobranças ou relatando falta de tempo, por excesso de atividades, - muitas nem específicas do Serviço Social - resignam-se com uma atuação de baixa qualidade, priorizando a quantidade de atendimentos e não disponibilizando tempo para pesquisas, capacitação, formulação de projetos, etc. Assim acabam por agir contraditoriamente aos preceitos do seu projeto profissional. Um desafio para estes profissionais é conciliar a realidade e seu tempo, com as possibilidades de uma prática na direção dos objetivos profissionais.

Segundo Iamamoto (apud Silva, 2000), o maior desafio da categoria consiste em apreender o movimento da realidade e suas demandas cotidianas e efetivas na defesa dos direitos. Defende então, que a prática deverá romper com a burocracia e o funcionalismo e ser preenchida por propostas efetivas junto às Instituições em que

trabalha, defendendo seu plano de ações, a partir de um projeto de intervenção concretamente definido.

Um dos principais meios de conseguir uma ação profissional realmente afirmada nos princípios do seu projeto profissional se dá a partir do investimento na formação profissional, tentando superar eventuais lacunas, pois de certo, que a maioria dos assistentes sociais que acaba a graduação, não se sentem preparados para encarar os desafios da prática profissional nesta conjuntura adversa, e em muitos casos, sentem um distanciamento entre o que estudaram na academia e o que realizam na prática. Ou seja, é de extrema importância que existam debates sobre a formação e o currículo a fim de constatar e superar tais problemas e os desafios cotidianos e atuais.

Iamamoto (2002) nos mostra, que investir na capacitação dos assistentes sociais, estimular a produção acadêmico-profissional, aliada ao debate sobre temas que atravessam a atuação dos profissionais em seus vários espaços ocupacionais, aprofundar o debate sobre o trabalho do assistente social na atualidade, promover a troca de experiências entre profissionais que atuam em diferentes expressões da “questão social” com as políticas sociais correspondentes e a elaboração e publicação de textos, em articulação com as unidades de ensino, que considerem, de maneira crítica, as principais atividades e funções desempenhadas pelo assistente social referentes à área, matéria e unidade de Serviço Social.

Assim, acreditamos que a atuação dos assistentes sociais pode sim se efetivar de acordo com os fundamentos, valores e princípios do seu projeto profissional, pois cada ação do profissional, por mais simples que pareça, rebate em uma direção que se articula e promove seus princípios e compromissos profissionais, o alargamento dos direitos ou não, restringindo-os. Cabe aos

assistentes sociais, não apenas estimular a inserção dos indivíduos na sociedade, mas proporcionar um processo que contribua na formação de sujeitos históricos, para que estes possam definir a realidade que desejam, a estrutura societária em que querem viver e que satisfaça verdadeiramente suas necessidades.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá**. São Paulo: Cortez, 1989.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRAVO, M. I. N. S. E MATOS, M. C. Reforma Sanitária e Projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate. IN BRAVO, M. I. S. et al (Orgs.) . **Saúde e Serviço Social**. SP, Cortez; RJ, UERJ; 2004.

BRAZ, M. & VINAGRE, M. **A conjuntura do governo Lula e os desafios ao projeto ético-político**. Trabalho apresentado ao seminário Latino-Americano de Serviço Social. Porto Alegre, junho; 2003.

BRAZ, Marcelo. **O Governo Lula e o Projeto ético-político do Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade n° 78. São Paulo: Cortez, 2004.

BONETTI, Dilséa Aldeodata *et al*. **Serviço Social e ética: Convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1998.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Reflexão sobre Atribuições Privativas do Assistente Social. Em Questão**, São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilella & CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da “Questão Social”**. IN: Revista Temporalis n° 3, Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. **A Construção do Projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea. Capacitação em Serviço Social e políticas sociais**.

Módulo I: Crise contemporânea, “questão social” e Serviço Social. Brasília: CEAD,1999, pp.91-110.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez,2001.

ORTIZ, Fátima Grave. **A Imagem do Serviço Social no Brasil: avanços e continuidades de um processo em construção.** tese de doutorado ess/ufrj, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Maria Dalva Casimiro da. **Serviço Social: Sua trajetória e a caracterização da prática do assistente social na contemporaneidade (análises preliminares na área da saúde).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A Prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde,** São Paulo: Cortez, 2007.